

16853/14

(OR. en)

PRESSE 647
PR CO 70

RESULTADOS DA REUNIÃO DO CONSELHO

3358.^a reunião do Conselho

Educação, Juventude, Cultura e Desporto

Bruxelas, 12 de dezembro de 2014

Presidentes **Stefania Giannini**
Ministro da Educação
Luigi Bobba
Secretário de Estado do Trabalho e das Políticas
Sociais

I M P R E N S A

Principais resultados do Conselho

EDUCAÇÃO

Empreendedorismo na educação e formação

O Conselho adotou conclusões sobre o empreendedorismo na educação e formação, em que salienta a importância de desenvolver as aptidões necessárias ao empreendedorismo desde uma idade precoce e de reforçar as ligações entre o sistema de educação e o mundo das empresas, em consonância com o apelo do Conselho Europeu de junho no sentido de "promover um clima favorável ao empreendedorismo e à criação de emprego". O empreendedorismo e a educação são também prioridades da Estratégia Europa 2020.

Os argumentos económicos a favor da educação e da formação

No contexto da revisão intercalar da Estratégia Europa 2020, os ministros da Educação e os ministros do Emprego da Itália, da Letónia e do Luxemburgo realizaram um debate público sobre "Os argumentos económicos a favor da educação e da formação".

A Ministra Stefania Giannini, Presidente do Conselho, declarou: "*A Presidência italiana queria reafirmar o papel essencial da educação no fomento do crescimento económico e na criação de emprego. Na senda deste objetivo, são marcadas etapas importantes com as conclusões do Conselho de hoje sobre o empreendedorismo na educação, com o debate sobre o valor acrescentado do investimento na educação e formação de qualidade numa perspetiva de longo prazo, e com o debate sobre a forma de melhorar a mobilidade internacional através de experiências de mobilidade curricular estruturada.*"

Orçamento

O Conselho confirmou também, sem debate, o acordo político alcançado quanto ao orçamento da UE para 2015 e aos projetos de orçamentos rectificativos para 2014 ainda pendentes.

JUVENTUDE

Acesso dos jovens aos direitos

O Conselho adotou conclusões sobre a promoção do acesso dos jovens aos direitos para fomentar a sua autonomia e participação na sociedade civil. As conclusões abordam os desafios enfrentados por esta geração de jovens que têm de sofrer as consequências da crise financeira, e em particular as suas dificuldades para se tornarem adultos autónomos e participarem assim de forma crítica e ativa na vida social, política e económica das suas comunidades. Luigi Bobba, Secretário de Estado do Trabalho e das Políticas Sociais de Itália, referiu que "*as conclusões convidam os Estados-Membros a adotarem a uma vasta gama de instrumentos e medidas com vista a eliminar os obstáculos que impedem os jovens de levar uma vida autónoma.*"

Desafios socioeconómicos no domínio da juventude

Em sessão pública, os ministros procederam também a um debate sobre a adoção de uma abordagem intersetorial para as políticas da juventude enquanto instrumento destinado a responder melhor aos desafios socioeconómicos que se colocam neste domínio. A cooperação intersetorial é também uma das principais prioridades do Plano de Trabalho da UE para a Juventude. O Secretário de Estado Luigi Bobba afirmou que *"o debate confirmou que a abordagem intersetorial é a via a seguir, tanto a nível europeu como nacional, para assegurar políticas de juventude mais concretas e eficazes"*.

ÍNDICE¹

PARTICIPANTES	5
PONTOS DEBATIDOS	
EDUCAÇÃO	7
Empreendedorismo na educação e formação.....	7
Os argumentos económicos a favor da educação e da formação.....	8
Diversos	10
– Programa de trabalho da próxima Presidência	10
JUVENTUDE	10
Acesso dos jovens aos direitos.....	10
Desafios socioeconómicos no domínio da juventude	11
Diversos	12
– Projeto Democracia – Juventude da UE.....	12
– Programa de trabalho da próxima Presidência	12
OUTROS PONTOS APROVADOS	
<i>ORÇAMENTOS</i>	
– Aprovação do orçamento da UE para 2015 e dos projetos de orçamentos rectificativos para 2014	13
<i>ASSUNTOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS</i>	
– Recuperação e resolução bancárias: quotizações.....	14
<i>NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</i>	
– Medidas restritivas – Síria.....	14
<i>TRANSPARÊNCIA</i>	
– Acesso do público aos documentos.....	15
¹	
• Nos casos em que tenham sido formalmente adotadas pelo Conselho declarações, conclusões ou resoluções, o facto é indicado no título do ponto em questão e o texto está colocado entre aspas.	
• Os documentos cuja referência se menciona no texto estão acessíveis no sítio Internet do Conselho http://www.consilium.europa.eu .	
• Os atos adotados que são objeto de declarações para a ata que podem ser facultadas ao público vão assinalados por um asterisco; estas declarações estão disponíveis no sítio Internet do Conselho acima mencionado ou podem ser obtidas junto do Serviço de Imprensa.	

PARTICIPANTES**Bélgica:**

Isabelle WEYKMANS

Olivier BELLE

Ministra Vice-Presidente, Ministra da Cultura, do
Emprego e do Turismo
Representante Permanente Adjunto**Bulgária:**

Todor TANEV

Ministro da Educação

República Checa:

Marcel CHLADEK

Ministro da Educação, da Juventude e do Desporto

Dinamarca:

Christine ANTORINI

Ole TOFT

Ministra da Educação
Representante Permanente Adjunto**Alemanha:**

Georg SCHÜTTE

Ralf KLEINDIEK

Secretário de Estado, Ministério Federal da Educação e da
Investigação
Secretário de Estado, Ministério Federal da Família, das
Pessoas Idosas, das Mulheres e da Juventude**Estónia:**

Clyde KULL

Representante Permanente Adjunto

Irlanda:

Jan O'SULLIVAN

James REILLY

Ministra da Educação
Ministro da Infância e Juventude**Grécia:**

Andreas LOVERDOS

Georgios GEORGANTAS

Ministro da Educação e dos Assuntos Religiosos
Secretário de Estado da Educação e dos Assuntos
Religiosos**Espanha:**

José Pascual MARCO MARTINEZ

Representante Permanente Adjunto

França:

Geneviève FIORASO

Alexis DUTERTRE

Secretária de Estado encarregada do Ensino Superior e da
Investigação
Representante Permanente Adjunto**Croácia:**

Vedran MORNAR

Goran ŠTEFANIĆ

Ministro da Ciência, da Educação e do Desporto
Representante Permanente Adjunto**Itália:**

Stefania GIANNINI

Luigi BOBBA

Giuliano POLETTI

Ministra da Educação, das Universidades e da
Investigação
Secretário de Estado do Trabalho e das Políticas Sociais
Ministro do Trabalho e das Políticas Sociais**Chipre:**

Maria HADJITHEODOSIOU

Representante Permanente Adjunta

Letónia:

Mārite SEILE

Uldis AUGULIS

Ministro da Educação e da Ciência
Ministro dos Assuntos Sociais**Lituânia:**

Dainius PAVALKIS

Albinas ZANANAVIČIUS

Ministro da Educação e da Ciência
Representante Permanente Adjunto**Luxemburgo:**

Claude MEISCH

Nicolas SCHMIT

Ministro da Educação Nacional, da Infância e da
Juventude
Ministro do Trabalho, do Emprego e da Economia Social e
Solidária**Hungria:**

László PALKOVICS

Secretário de Estado do Ensino Superior, Ministério dos
Recursos Humanos**Malta:**

Neil KERR

Representante Permanente Adjunto

Países Baixos:

Jet BUSSEMAKER

Ministra da Educação, da Cultura e da Ciência

Áustria:

Gabriele HEINISCH-HONEK

Gregor SCHUSTERSCHITZ

Ministra da Educação e dos Assuntos das Mulheres
Representante Permanente Adjunto

Polónia:

Ewa DUDEK

Subsecretária de Estado, Ministério da Educação Nacional

Portugal:

Nuno CRATO

Emídio GUERREIRO

Ministro da Educação e da Ciência
Secretário de Estado do Desporto e Juventude

Roménia:

Cristian COSMIN

Secretário de Estado, Ministério da Juventude e do Desporto

Cristian BADESCU

Representante Permanente Adjunto

Eslovénia:

Stanka SETNIKAR CANKAR

Ministra da Educação, da Ciência e do Desporto

Eslováquia:

Alexander MICOVČIN

Representante Permanente Adjunto

Finlândia:

Marianne HUUSKO-LAMPONEN

Representante Permanente Adjunta

Suécia:

Aida HADZIALIC

Ministra do Ensino Secundário Superior e da Educação e Formação de Adultos
Ministro da Educação

Gustav FRIDOLIN

Reino Unido:

Angela CONSTANCE

Ministra do Governo Escocês da Formação, Juventude e Emprego Feminino
Representante Permanente Adjunta

Shan MORGAN

.....

Comissão:

Tibor NAVRACSICS

Membro

PONTOS DEBATIDOS

EDUCAÇÃO

Empreendedorismo na educação e formação

O Conselho adotou conclusões sobre o empreendedorismo na educação e formação ([14402/14](#)), em que salienta a importância de desenvolver as aptidões necessárias ao empreendedorismo desde uma idade precoce e de reforçar as ligações entre o sistema de educação e o mundo das empresas, em consonância com o apelo do Conselho Europeu de junho no sentido de "promover um clima favorável ao empreendedorismo e à criação de emprego"¹ no contexto da Estratégia Europa 2020.

As conclusões convidam os Estados-Membros a explorarem plenamente o potencial que o programa Erasmus+ oferece no apoio à educação para o empreendedorismo, em particular através de alianças do conhecimento no caso do ensino superior e, no caso do ensino e formação profissionais, de alianças de competências setoriais², bem como a otimizar a utilização de outros recursos europeus, como o Fundo Social Europeu.

O empreendedorismo exige uma compreensão da economia e do modo como as empresas funcionam, mas torna igualmente necessário possuir uma série de aptidões e competências interdisciplinares (tais como o sentido de iniciativa e a capacidade para assumir riscos, pensar de forma crítica e criativa, organizar, demonstrar liderança, comunicar e convencer os outros) que os estabelecimentos de ensino devem procurar desenvolver nos alunos, no âmbito de um processo gradual e contínuo que abranja todos os níveis e, na medida do possível, em todas as disciplinas dos currículos.

Vários Estados-Membros apresentaram sucintamente algumas das suas experiências neste domínio. Apontaram a necessidade de facilitar o acesso ao financiamento e de reduzir a burocracia para os jovens empresários, incentivando a assunção de riscos e elaborando abordagens "por medida".

O Comissário Tibor Navracsics declarou que a nova Comissão está plenamente empenhada em desenvolver o empreendedorismo na educação, tendo recordado que as PME são a pedra angular da economia europeia. Chamou a atenção para dois novos instrumentos desenvolvidos pela Comissão neste setor: HEInnovate (<https://heinnovate.eu/intranet/main/index.php>), que foi muito bem acolhido pelos estabelecimentos de ensino superior, e o Entrepreneurship360, que será lançado no próximo ano para as escolas e os estabelecimentos de ensino e formação.

¹ *EUCO 79/14, p. 15.*

² https://eacea.ec.europa.eu/erasmus-plus/funding/knowledge-alliances-sector-skills-alliances-eacs1113_en

Os argumentos económicos a favor da educação e da formação

No contexto da revisão intercalar da Estratégia Europa 2020, os ministros realizaram um debate público sobre "Os argumentos económicos a favor da educação e da formação". Os ministros do Emprego do atual trio de presidências tomaram também parte no debate, que constituiu o contributo do setor da educação para o relatório de síntese sobre a revisão da Estratégia 2020 a transmitir ao Conselho Europeu de dezembro.

A Presidência informou o Conselho sobre o debate realizado no dia anterior no Conselho (Emprego) sobre o tema "Investir no emprego dos jovens". O ministro salientou também que este debate decorria num momento muito oportuno, em que a orientação estratégica da agenda europeia neste domínio está ser redefinida.

Os ministros do Emprego da Itália, da Letónia e do Luxemburgo congratularam-se por a Presidência ter tomado a iniciativa de os convidar a participar, porque tal evidenciava a importância de uma abordagem intersetorial para restaurar a competitividade e o potencial de crescimento da Europa, baseada em investimentos estratégicos na educação.

Preconizaram também uma implementação rápida e eficiente da Garantia para a Juventude, em particular para ajudar a reduzir o abandono escolar precoce e a elevada taxa de jovens que atualmente não trabalham, não estudam e não seguem formação.

O Comissário Tibor Navracsics aplaudiu também a configuração em paralelo com o Conselho EPSCO e manifestou esperança de que este tipo de cooperação pudesse prosseguir.

Confirmou que a educação é uma das principais prioridades da nova Comissão e lamentou o facto de muitos Estados-Membros terem reduzido os orçamentos para a educação em 2012, embora compreendendo as dificuldades económicas que alguns deles enfrentam. Exortou os Estados-Membros a darem prioridade aos investimentos neste domínio, já que a educação paga sempre dividendos a médio e a longo prazo.

A Comissão salientou também que dois dos grandes objetivos para a educação previstos na Estratégia estão em bom caminho para ser alcançados em 2020, embora haja variações significativas entre os Estados-Membros:

- a proporção de jovens que abandonam precocemente a escola (12% em 2013, 10% em 2020)
- a percentagem de jovens adultos entre os 30 e os 34 anos que completaram o ensino superior ou equivalente (36,9% em 2013, 40% em 2020)

Reconheceu que a educação não deveria ser apenas um meio para entrar no mercado de trabalho mas que, atendendo à preocupante questão das elevadas taxas de desemprego, deveria ser assegurada uma transição harmoniosa entre os dois.

Durante o debate, os ministros salientaram que a educação tem desempenhado e continuará a desempenhar um papel crucial no êxito da Estratégia Europa 2020, uma vez que uma educação de elevada qualidade e o desenvolvimento das aptidões são requisitos prévios para o crescimento, a inovação, a competitividade e os empregos de que a Europa precisa.

No entanto, alguns Estados-Membros recordaram que a educação tinha um valor intrínseco e não devia ser encarada meramente como um meio de encontrar emprego, mas também como a base do desenvolvimento pessoal, da cidadania e da inclusão social.

As principais questões destacadas no debate foram as seguintes:

- as duas vertentes do grande objetivo relativo à educação deverão ser mantidas, em particular no que respeita à redução do abandono escolar precoce
- haverá que melhorar as competências básicas, tornar mais atrativo o ensino profissional e promover as possibilidades em matéria de educação de adultos e ensino de segunda oportunidade
- é necessário um investimento sustentado, mas essencial afetar os recursos de forma eficaz
- haverá que envidar esforços para desenvolver e alargar a disponibilidade de instrumentos educativos em linha e para promover a aprendizagem digital
- para prevenir o aumento do fosso entre o desenvolvimento de currículos e as exigências em rápida evolução dos mercados de trabalho, do setor da inovação e da sociedade, importa reforçar as ligações entre o mundo do trabalho e o da educação, tanto a nível secundário como a nível superior
- em relação à educação e formação, deverá ser mantida uma abordagem global que abranja todos os níveis de educação, desde a primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação profissionais e pela educação de adultos.

Diversos

– *Programa de trabalho da próxima Presidência*

A Delegação Letã apresentou as suas prioridades para o próximo semestre:

- revisão intercalar do quadro "EF 2020" (Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da Educação e da Formação) e preparação do relatório conjunto de 2015
- reforço das ligações entre a Estratégia Europa 2020 e o "EF 2020"
- preparação para a Conferência Ministerial de Bolonha a realizar no mês de maio em Erevã, Arménia
- reconhecimento de competências e diplomas

JUVENTUDE

Antes de começar com os pontos formais constantes da ordem do dia, o Secretário de Estado Luigi Bobba informou os ministros sobre os resultados do fórum informal realizado com os representantes dos jovens (o "diálogo estruturado"), em que se abordaram as **atividades de voluntariado e o serviço cívico**. Neste contexto, a Presidência descreveu o seu projeto de criação de um serviço cívico europeu que tenha em conta as diferentes práticas seguidas nos Estados-Membros, tendo em vista alargar a base da cidadania europeia e reforçar a participação dos jovens nos processos democráticos.

Acesso dos jovens aos direitos

O Conselho adotou conclusões sobre a promoção do acesso dos jovens aos direitos para fomentar a sua autonomia e participação na sociedade civil ([15613/14](#)). As conclusões abordam os desafios enfrentados por esta geração de jovens que têm de sofrer as consequências da crise financeira, e em particular as suas dificuldades para se tornarem adultos autónomos e participarem assim de forma crítica e ativa na vida social, política e económica das suas comunidades.

As conclusões reconhecem que o efeito combinado dos fatores provocados pela crise económica e social, como o limitado acesso ao crédito, a redução dos rendimentos e uma maior instabilidade profissional, muitas vezes sem que estejam garantidas medidas sociais adequadas, diminuiu a capacidade dos jovens para se tornarem autónomos.

Salientam também a necessidade de elaborar estratégias e políticas que não só favoreçam a transição da escola para o trabalho, mas também intervenham em domínios conexos como o acesso ao crédito, ao alojamento e aos cuidados de saúde, o acesso aos serviços e à educação, tendo em vista proporcionar os instrumentos necessários para apoiar o percurso dos jovens rumo à autonomia e à cidadania.

Desafios socioeconómicos no domínio da juventude

No seguimento das conclusões, os ministros procederam também a um debate sobre a adoção de uma abordagem intersetorial para as políticas da juventude enquanto instrumento destinado a responder melhor aos desafios socioeconómicos que se colocam neste domínio. A cooperação intersetorial é também uma das principais prioridades do Plano de Trabalho da UE para a Juventude recentemente adotado¹.

Os ministros constataram que, apesar da elevada prioridade política da luta contra o desemprego dos jovens e suas consequências a nível nacional e da UE, a política da juventude não tem dado um contributo suficiente para os trabalhos de outros setores. Além disso, os diferentes domínios de ação cruciais para melhorar as perspetivas dos jovens – emprego, educação, assuntos sociais e saúde – nem sempre interagem da forma mais eficaz.

Os ministros salientaram a importância das medidas destinadas a promover a inclusão dos jovens através de atividades educativas, formativas e associativas que ofereçam possibilidades de adquirir experiência e proporcionem oportunidades de aprendizagem prática que melhorem a vida, os conhecimentos e as competências dos jovens.

Os Estados-Membros já adotaram ou estão a elaborar numerosos projetos e programas a nível nacional para combater o desemprego e exclusão social dos jovens.

As principais questões destacadas no debate foram as seguintes:

- é necessário melhorar as competências interdisciplinares dos jovens através da aprendizagem não formal e informal e do empenhamento cívico
- deverão ser plenamente exploradas as possibilidades oferecidas pelos fundos e programas europeus, em particular o Erasmus+ e a Garantia para a Juventude

¹ JO C 183/2014

- é indispensável envolver os próprios jovens, em particular os que não trabalham, não estudam e não seguem formação, a fim de informar a definição das políticas de juventude a todos os níveis e de implementar abordagens "por medida"
- há que melhorar a cooperação e as sinergias entre autoridades locais, nacionais e europeias em todos os setores relacionados com a juventude
- deverá ser intensificado o intercâmbio regular de boas práticas entre Estados-Membros

Diversos

– *Projeto Democracia – Juventude da UE*

O Conselho registou as informações da Delegação Alemã sobre o projeto "Young Europe – Rethinking Democracy" ("Europa Jovem – Repensar a Democracia") ([16189/14](#)). No contexto do 25.º aniversário da queda do Muro de Berlim, 120 jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, provenientes dos 28 Estados-Membros da UE, participaram numa viagem de comboio de ida e volta entre Berlim e Viena, a fim de debaterem a crise de identidade dos jovens na Europa e com a Europa. Foi publicada uma declaração no termo do projeto, tendo este sido financiado por fundos nacionais alemães e pelo Erasmus+.

– *Programa de trabalho da próxima Presidência*

A Delegação Letã apresentou as suas prioridades para o próximo semestre:

- Implementação do Plano de Trabalho da UE para a Juventude
- Contributo das políticas de juventude para a Estratégia Europa 2020

OUTROS PONTOS APROVADOS

ORÇAMENTOS

Aprovação do orçamento da UE para 2015 e dos projetos de orçamentos retificativos para 2014

O Conselho confirmou o acordo político alcançado quanto ao orçamento da UE para 2015 e aos projetos de orçamentos retificativos para 2014 ainda pendentes.

O acordo alcançado com o Parlamento Europeu compreende os seguintes elementos:

- o orçamento da UE para 2015, em que o total dos pagamentos está fixado em 141,2 mil milhões de euros, e o total das autorizações em 145,3 mil milhões de euros; A Delegação do Reino Unido absteve-se
- o projeto de orçamento retificativo n.º 3/2014, que adita 3,5 mil milhões de euros em pagamentos para o orçamento de 2014, dos quais 3,2 mil milhões de euros são financiados pela margem para imprevistos e 361 milhões de euros são provenientes do que está abaixo do limite máximo do quadro financeiro plurianual 2014-2020; este projeto de orçamento retificativo integra também uma receita adicional, proveniente de coimas, que ascende a 1,6 mil milhões de euros; As Delegações Neerlandesa, Sueca e do Reino Unido votaram contra
- o projeto de orçamento retificativo n.º 4/2014, alterado pela sua carta retificativa, que integra no orçamento de 2104 receitas adicionais, provenientes sobretudo de coimas, num montante de 2,4 mil milhões de euros
- o projeto de orçamento retificativo n.º 5/2014, que mobiliza 47,0 milhões de euros em autorizações a partir do Fundo de Solidariedade da UE em 2014, a fim de reparar os danos causados pelas inundações em Itália (16,3 milhões de euros), por um sismo na Grécia (3,7 milhões de euros), e por tempestades de gelo na Eslovénia (18,4 milhões de euros) e na Croácia (8,6 milhões de euros); A Delegação do Reino Unido absteve-se
- o projeto de orçamento retificativo n.º 6/2014, alterado pela sua carta retificativa, que inscreve no orçamento de 2014 da UE um montante de 4,5 mil milhões de euros em resultado de uma revisão da previsão das receitas da UE e reduz as contribuições RNB dos Estados-Membros em conformidade; A Delegação do Reino Unido absteve-se
- o projeto de orçamento retificativo n.º 7/2014, que mobiliza 79,7 milhões de euros em autorizações a partir do Fundo de Solidariedade da UE em 2014, a fim de reparar os danos causados pelas inundações na Sérvia (60,2 milhões de euros), na Bulgária (10,5 milhões de euros) e na Croácia (9,0 milhões de euros); A Delegação do Reino Unido absteve-se
- o projeto de orçamento retificativo n.º 8/2014, que integra no orçamento de 2014 o excedente financeiro de 2013 que ascende a 1,01 mil milhões de euros; A Delegação do Reino Unido absteve-se

Prevê-se que o Parlamento Europeu aprove formalmente estes elementos em 17 de dezembro.

- [Pormenores do acordo – panorâmica](#)
- [Outros pormenores](#)
- [Comunicado de imprensa de 9 de dezembro de 2014, com todos os pormenores do acordo](#)

ASSUNTOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Recuperação e resolução bancárias: quotizações

O Conselho decidiu não se opor à adoção pela Comissão de um regulamento que complementa a Diretiva Recuperação e Resolução Bancárias (2014/59/UE) no que se refere ao método para calcular as contribuições *ex ante* que os bancos têm de pagar para os mecanismos de financiamento da resolução ([14545/14](#) + [14545/14 ADD1](#) + [14545/14 ADD2](#) + [14545/14 ADD3](#) + [14545/14 ADD4](#) + [14545/14 ADD5](#)).

O regulamento é um ato delegado nos termos do artigo 290.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE. O regulamento pode agora entrar em vigor, a menos que o Parlamento Europeu se oponha.

Os bancos terão de pagar anualmente contributos para os fundos nacionais de resolução. As contribuições serão calculadas com base no passivo dos bancos, excluindo os fundos próprios e os depósitos cobertos, e serão adaptadas ao risco. O ato delegado especifica a forma de ter em conta o risco e a relação entre a taxa de contribuição fixa (ou seja, que todos os bancos têm de pagar) e a taxa ajustada em função do risco, que oscilará entre 0,8 e 1,5.

Em 9 de dezembro, o Conselho chegou também a acordo político sobre um regulamento de execução que determina as contribuições a pagar pelos bancos para o Fundo Único de Resolução da UE (para os pormenores, ver [16645/14](#)).

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Medidas restritivas – Síria

O Conselho proibiu a exportação para a Síria de combustível para aviação e respetivos aditivos, que estão a ser utilizados para realizar ataques aéreos contra a população civil. A presente decisão confere valor jurídico a um acordo político alcançado no Conselho dos Negócios Estrangeiros de 20 de outubro.

TRANSPARÊNCIA

Acesso do público aos documentos

Em 12 de dezembro de 2014, o Conselho aprovou:

- a resposta ao pedido confirmativo n.º 32/c/01/14 ([15354/14](#))
